



PSB – VOLUME VI

PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

VI.4 – RESPONSABILIDADES GERAIS DO PAE

RELATÓRIO TÉCNICO
CNU.SBR-PSB-2024-640-R00

Apresentação das responsabilidades das partes envolvidas no Plano de Ação de Emergência da UHE Coaracy Nunes.

Brasília/DF
Novembro de 2024



RELATÓRIO TÉCNICO

Projeto:	UHE Coaracy Nunes: Plano de Segurança de Barragem		Curitiba, 14/11/2024
Título:	Volume VI – VI.4 Responsabilidades Gerais do PAE		
Nº: ELN	CNU.SBR-PSB-2024-640-R00	Nº: Contratada	24CI-CN-0-GE-G00-00-G-00-RT-0640
Resumo:	Apresentação das responsabilidades das partes envolvidas no Plano de Ação de Emergência da UHE Coaracy Nunes.		

Departamento responsável:	Departamento de Segurança de Barragens e Manutenção Civil – OOMB.N
Local de Armazenamento:	\\elnsbnas02\DO\OCTO\2. DOCUMENTOS TECNICOS\PSB
Classificação da informação quanto a restrição de acesso:	<input type="checkbox"/> Confidencial – deve ser acessada somente por colaboradores autorizados pelo Gestor da Informação, em razão da necessidade para o desenvolvimento de suas atividades
	<input type="checkbox"/> Setorial – só pode ser acessada por colaboradores das empresas Eletrobras autorizados pelo gestor da informação
	<input checked="" type="checkbox"/> Interna – devem somente ser acessadas por colaboradores das empresas Eletrobras
	<input type="checkbox"/> Pública – quando não possuir nenhum atributo que torne seu acesso restrito em algum nível
Prazo para desclassificação (no caso de confidencial):	

Elaboração da Atualização, Adequação e Padronização do Plano de Segurança de Barragens					
	Nome completo	Assinatura			
Redação INTT:	Rafael Marques Cardoso				
Verificação ELN:	Rodrigo da Costa Moreira	Rodrigo da Costa Moreira			
Aprovação ELN:	Jeferson Henrique dos Santos	JHS			
Nº	Revisão	Redação	Verificação	Aprovação	Data
A	Emissão	JDL	MDM	PGL	08/12//2017
1	Atualização	JHS	CCF	GTE	21/09/2021
2	Atualização para atendimento Res. Norm. ANEEL Nº 1.064/2023 – Novo Código – CNU.SBR-PSB-2024-640-R00	RMC	RCM	JHS	14/11/2024

ÍNDICE

1. SEÇÃO I – INTRODUÇÃO..... 3

2. SEÇÃO II - RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES INTERNOS – UHE COARACY NUNES..... 5

2.1 EQUIPE TÉCNICA DA UHE COARACY NUNES 5

2.1.1 Organização em situação normal 5

2.1.2 Organização para gestão de emergências..... 7

2.2 Responsabilidades 8

2.2.1 Responsabilidades do Comitê de Crise 8

2.2.2 Empreendedor 9

2.2.3 Coordenador do PAE..... 11

2.2.4 Equipe Administrativa, Jurídica e Comunicação 11

2.2.5 Equipe de Manutenção..... 12

2.2.6 Equipe de Operação 13

2.2.7 Equipe de Meio Ambiente..... 14

3. SEÇÃO III - RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES EXTERNOS 15

3.1 Entidade Fiscalizadora - ANEEL 15

3.2 Órgãos de Apoio 16

3.3 Sistema de Proteção e Defesa Civil 16

4. SEÇÃO IV - LISTA DE CONTATOS EXTERNOS..... 16

ANEXO I – CONTATOS DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - UHE COARACY NUNES

18

1. SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

O presente documento é uma atualização do Plano de Segurança de Barragens da UHE Coaracy Nunes (376-UHECNU-RT-PSB-001-REV_1 e 343-UHECNU-RT-PAE-001-REV_1), desenvolvido pela FRACTAL ENGENHARIA. A verificação das informações contidas no documento, tais como premissas adotadas e cálculos realizados, entre outros, não faz parte do escopo da INTERTECHNE CONSULTORES S.A., cabendo a esta a atualização da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.064/2023 e a padronização do formato do documento.

O Plano de Segurança de Barragem da UHE Coaracy Nunes é composto pelos seguintes documentos:

- CNU.SBR-PSB-2024-110 - VOLUME I - I.1 INFORMAÇÕES GERAIS;
- CNU.SBR-PSB-2024-120 - VOLUME I - I.2 MATRIZES DE CLASSIFICAÇÃO DOS BARRAMENTOS;
- CNU.SBR-PSB-2024-200 - VOLUME II - II. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E LEGAL DO EMPREENDIMENTO;
- CNU.SBR-PSB-2024-300 - VOLUME III - III. PLANOS E PROCEDIMENTOS – GERAL;
- CNU.SBR-PSB-2024-310- VOLUME III - III.1 PLANO DE OPERAÇÃO;
- CNU.SBR-PSB-2024-321 - VOLUME III - III.2.1 PLANO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS CIVIS;
- CNU.SBR-PSB-2024-322 - VOLUME III - III.2.2 PLANO DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS HIDROMECAÑICOS E ELETROMECAÑICOS;
- CNU.SBR-PSB-2024-323 - VOLUME III - III.2.3 PLANO DE MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DO RESERVATÓRIO;
- CNU.SBR-PSB-2024-331 - VOLUME III - III.3.1 PLANO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DAS ESTRUTURAS CIVIS;
- CNU.SBR-PSB-2024-332 - VOLUME III - III.3.2 PLANO DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS HIDROMECAÑICOS E ELETROMECAÑICOS;
- CNU.SBR-PSB-2024-340 - VOLUME III - III.4 PLANO DE MONITORAMENTO E INSTRUMENTAÇÃO;
- CNU.SBR-PSB-2024-350 - VOLUME III - III.5 PROCEDIMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE SEGURANÇA DA BARRAGEM;
- CNU.SBR-PSB-2024-400 - VOLUME IV - IV. REGISTROS E CONTROLES;
- CNU.SBR-PSB-2024-500 - VOLUME V - V. REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DA BARRAGEM;
- CNU.SBR-PSB-2024-600 - VOLUME VI - VI. PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA;
- CNU.SBR-PSB-2024-610 - VOLUME VI - VI.1 INFORMAÇÕES GERAIS DO PAE E DA BARRAGEM;
- CNU.SBR-PSB-2024-620 - VOLUME VI - VI.2 DETECÇÃO, AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AÇÕES ESPERADAS PARA CADA NÍVEL DE RESPOSTA;
- CNU.SBR-PSB-2024-630 - VOLUME VI - VI.3 PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA;
- **CNU.SBR-PSB-2024-640 - VOLUME VI - VI.4 RESPONSABILIDADES GERAIS NO PAE;**

- CNU.SBR-PSB-2024-650 - VOLUME VI - VI.5 SÍNTESE DO ESTUDO DE INUNDAÇÃO E RESPECTIVOS MAPAS; e
- CNU.SBR-PSB-2024-660 - VOLUME VI - VI.6 LEVANTAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

A qualidade da resposta da equipe responsável pela Barragem Coaracy Nunes frente às situações de emergência, está condicionada ao grau de organização que o aproveitamento possui, permitindo acesso rápido às informações, recursos e materiais necessários.

Neste contexto, deve-se fixar, de forma visível, nas dependências da UHE Coaracy Nunes, uma lista com os principais contatos internos e externos a serem acionados em situações de crise, assim como as ações esperadas para cada nível de resposta, conforme documento da Seção III do Volume VI do PAE (CNU.SBR-PSB-2024-630).

A Figura 1.1 ilustra o organograma aplicado à Barragem Coaracy Nunes. Este identifica os setores da empresa, a nível macro-organizacional, e as responsabilidades gerais frente à operacionalização do presente documento do Plano de Ação de Emergência (PAE) da Barragem. Atualizações e revisões podem e devem ser realizadas conforme instrução do Sistema de Gestão Integrada da Eletrobras Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

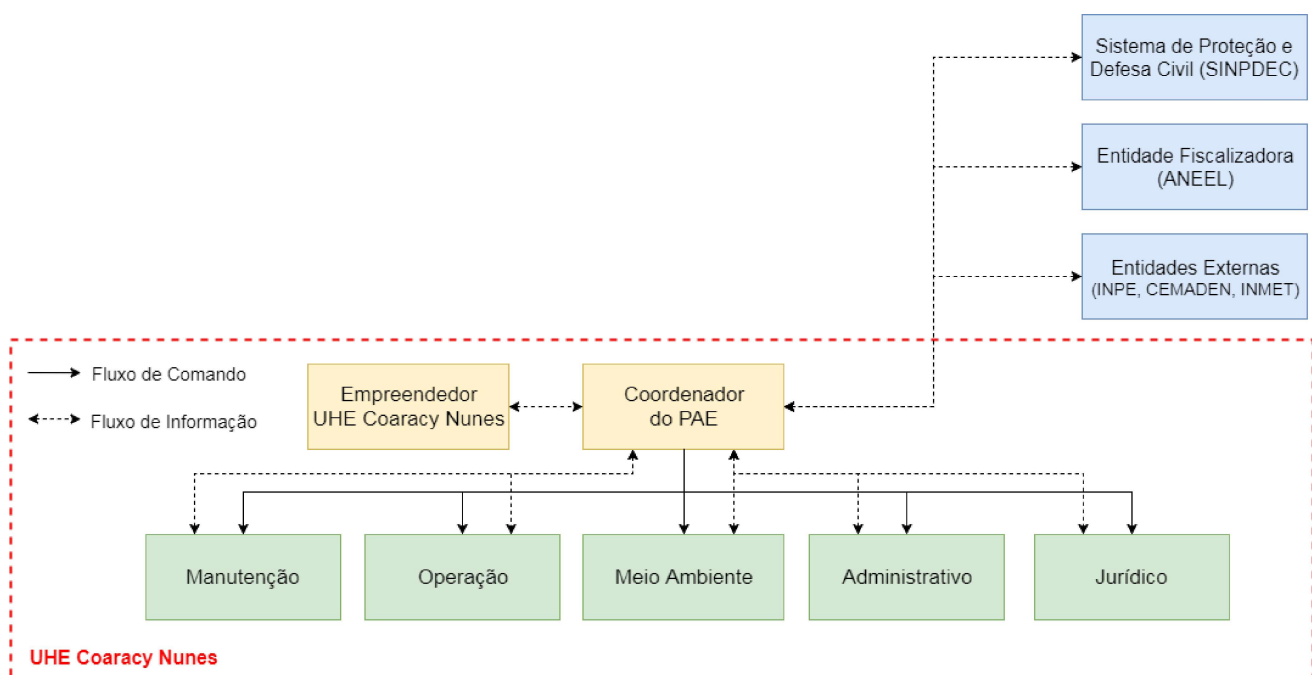


Figura 1.1: Fluxograma da organização da UHE Coaracy Nunes.

2. SEÇÃO II - RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES INTERNOS – UHE COARACY NUNES

2.1 EQUIPE TÉCNICA DA UHE COARACY NUNES

2.1.1 ORGANIZAÇÃO EM SITUAÇÃO NORMAL

Segue abaixo apresentado o organograma da Eletrobras Eletronorte, com enfoque na Diretoria de Operação e Manutenção, segundo a nova estrutura organizacional da Eletrobras Eletronorte, aprovada pelo Conselho de Administração.

Organograma

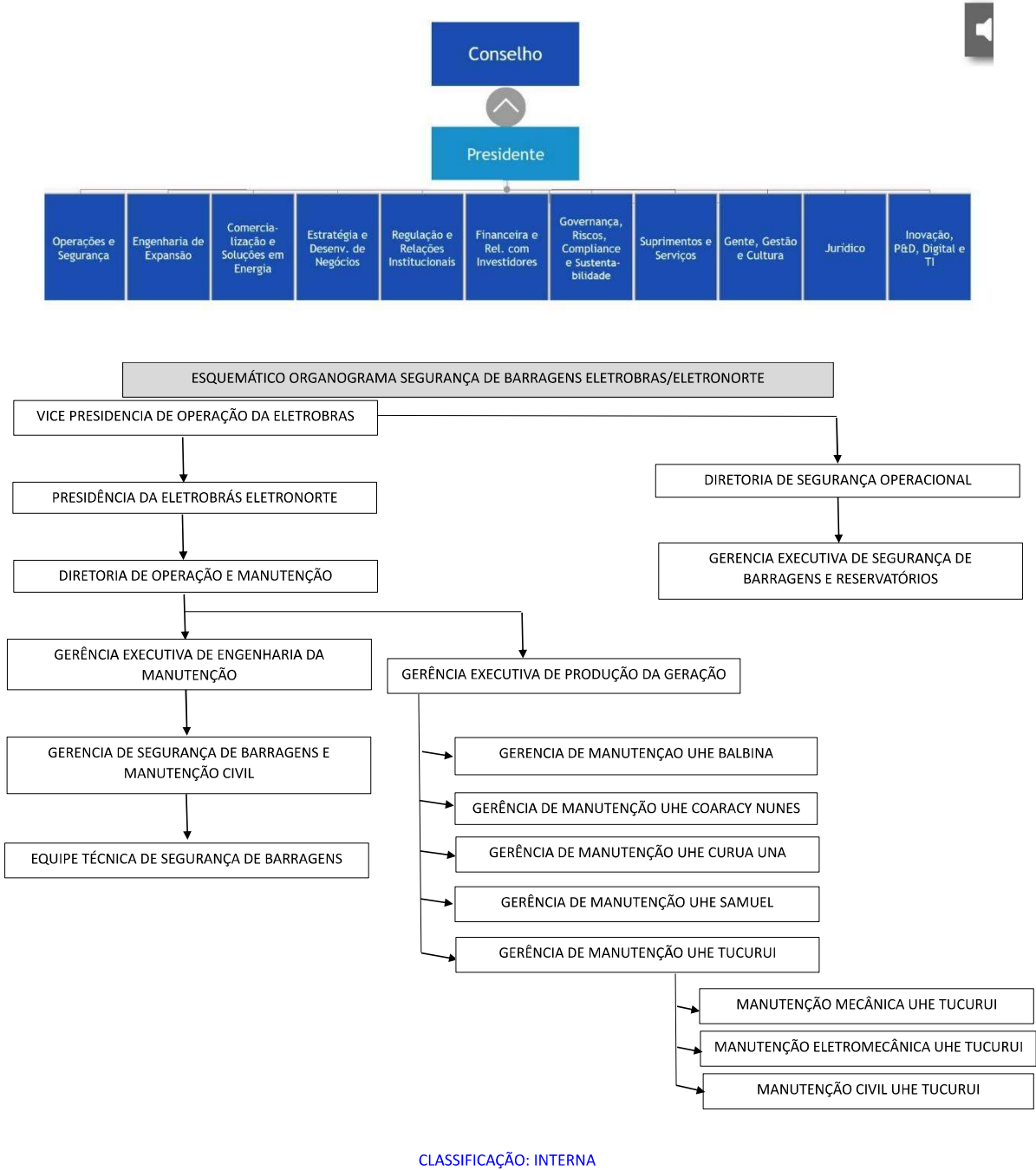


Figura 2.1: Organograma da Eletrobras Eletronorte

2.1.2 ORGANIZAÇÃO PARA GESTÃO DE EMERGÊNCIAS

A organização da UHE Coaracy Nunes quanto à gestão do Plano de Segurança de Barragem - PSB e do Plano de Ação de Emergência - PAE é apresentada na Tabela 2.1.

Tabela 2.1: Organograma de Segurança da Barragem – UHE Coaracy Nunes

ORGANOGRAMA DE SEGURANÇA DA BARRAGEM		
CARGO	NOME	TELEFONE TRABALHO / CELULAR / E-MAIL
Gerente Executivo de O&M	Allan Almeida de Lima	allan.lima@eletrobras.com
Representante do Empreendedor (responsável pela usina) / Coordenador de Manutenção	Karen Marília da Silva Tito	karen.tito@eletrobras.com / (96) 3082-4444
Coordenador do PSB/PAE	Karen Marília da Silva Tito	karen.tito@eletrobras.com / (96) 3082-4444
Coordenador de Segurança de Barragem	Jeferson Henrique dos Santos	jeferson.henrique@eletrobras.com / (61) 34296230
Coordenador de Segurança de Barragem (Suplente)	Nathalia Anício de Oliveira	nathalia.oliveira@eletrobras.com
Responsável Técnico Estruturas Cíveis / Coordenador da Manutenção (Civil)	Cicero João da Silva	[REDACTED]
Coordenador da Manutenção Civil (Suplente)	Gilson Brito Moreira	[REDACTED]
Responsável pela Comunicação	Michele Silva Silveira	michele.silveira@eletrobras.com / (61) 3429-6146
Responsável pela Comunicação (Suplente)	Viviane Schneck de Barros Rocha	viviane.rocha@eletrobras.com / (94) 37782550
Responsável pelo Jurídico	Ludmila Oliveira Rezio Maia	ludmila.rezio@eletrobras.com / [REDACTED] / (61) 3429-8577
Coordenador de Operação	Elton Valentim Oliveira Leite	elton.leite@eletrobras.com / (96) 3198-4499
Responsável pelo Jurídico (Suplente)	Andrei Braga Mendes	andrei.mendes@eletrobras.com / (61) 3429-6256
Responsável pelo Planejamento Hidroenergético	Wanderley Pereira dos Santos	wanderley.santos@eletrobras.com / (94) 37877150
Coordenador de Segurança e Patrimônio (Suplente)	Moacir dos Santos Lima Junior	moacir.junior2@eletrobras.com
Coordenador de Segurança e Patrimônio	Andre Luiz Gomes Doria	andre.doria@eletrobras.com / (61) 34296366
Gerente de divisão de SST de operação, Coordenador de Segurança do Trabalho	Roberto Cleverton Salles	roberto.salles@eletrobras.com
Coordenador de Segurança do Trabalho (Suplente)	Marcio Brito da Silva	marcio.silva5@eletrobras.com / 55(94) 3787-7331 / 7333
Responsável pela Brigada de Emergência	Ubiraelson de Menezes Farias	ubiraelson.farias@eletrobras.com / (96) 3198-4472

A lista dos profissionais que compõem a Equipe de Emergência da UHE Coaracy Nunes e respectivos contatos é apresentada no ANEXO I – CONTATOS DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - e deve estar afixada de forma visível na Sala de Emergência.

2.2 RESPONSABILIDADES

Considerando as funções de coordenação constantes da Figura 1.1, estão apresentadas a seguir as responsabilidades relacionadas a cada uma delas, no âmbito do Plano de Ação de Emergência (PAE) da UHE Coaracy Nunes.

2.2.1 RESPONSABILIDADES DO COMITÊ DE CRISE

No caso de um evento extremo, que possa ocasionar a ruptura do barramento, deverá ser acionado o Comitê de Crise, coordenado pelo Coordenador do PAE, com o objetivo de sistematizar os procedimentos, agilizar a tomada de decisão e auxiliar na atuação e na coordenação das ações em caso de emergência.

Na composição do Comitê de Crise consta, no mínimo, um membro de cada grupo, com atribuição e função específicas e respectivo suplente formal designado. Os nomes dos membros e suplentes, assim como os contatos de cada, constam da Tabela 2.1 e suas responsabilidades são descritas a seguir.

O Comitê de Crise tem caráter permanente, devendo se reunir periodicamente de modo formal, sendo recomendada a frequência trimestral, durante a implantação inicial do PAE, passando a semestral quando julgado pertinente.

As reuniões deverão ser documentadas e registradas por meio de atas, que deverão ser enviadas para conhecimento da Presidência e da Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronorte.

Quando da ocorrência de um evento extremo, as principais atribuições do Comitê de Crise são:

- a) Centralizar a tomada de decisões;
- b) Facilitar e assegurar os trâmites necessários para que os esforços de todos os intervenientes na resposta à emergência sejam realizados de forma efetiva e eficaz;
- c) Acompanhar as atividades dos diferentes intervenientes envolvidos na emergência, em conformidade com o planejado e detalhado no PAE;
- d) A partir da reunião de informações, atender às demandas que surgirem, propondo e adotando todas as medidas preventivas ou reparadoras, administrativas e judiciais, visando o atendimento à emergência, bem como salvaguardar a vida da população da Zona de Autossalvamento;
- e) Se existente, manter constante canal de comunicação com o comando do Sistema de Comando de Incidentes – SCI dos municípios da ZAS, através do Coordenador do PAE adjunto, para repasse das informações acerca do desenvolvimento da emergência que possam interferir na ativação das ações de resposta constantes dos respectivos Planos de Contingência Municipais - PLANCONs;

- f) Manter constante canal de comunicação com a Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Amapá (CEPDEC Amapá) e com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - COMPDECs dos demais municípios inseridos na área de inundação, para repasse das informações acerca do desenvolvimento da emergência que possam interferir na deflagração e desenvolvimento dos respectivos PLANCONs (se existentes);
- g) Manter constante e unificado canal de comunicação com a mídia;
- h) Revogar o estado de emergência;
- i) Avaliar o resultado do atendimento à emergência, propondo medidas corretivas ou complementares ao PAE e ao trabalho dos intervenientes;
- j) Acompanhar a deflagração do trabalho de restabelecimento do estado de normalidade, na área do empreendimento e na ZAS.

2.2.2 EMPREENDEDOR

Segundo a Lei Federal Nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal Nº 14.066/2020, o empreendedor (Eletrobras Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.) é a pessoa física ou jurídica que detém outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente.

No âmbito do Plano de Ação de Emergência, cabe ao empreendedor:

- a) Providenciar a elaboração e atualização do PAE;
- b) Permitir o acesso do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) ao local da barragem e à sua documentação de segurança;
- c) Alocar recursos para promoção de treinamentos internos;
- d) Designar formalmente um coordenador para executar as ações descritas no PAE;
- e) Assegurar fluxo de comunicação interno e externo junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, bem como o Órgão de Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros, a Delegacia de Polícia, a Delegacia Regional do Trabalho ou o Ministério do Trabalho e Emprego e as Usinas à montante e jusante, quando necessário;
- f) Garantir a execução dos simulados de emergência e assegurar a sua eficácia.

Deve o empreendedor informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança e, quando exigido, elaborar o PAE e implementá-lo em articulação com o órgão de proteção e defesa civil; alocar recursos para a promoção de treinamentos internos; e designar formalmente um coordenador para executar suas ações, dentre demais responsabilidades previstas no art. 17 da Lei Federal Nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal Nº 14.066/2020.

Não havendo o atendimento da legislação pelo empreendedor, a barragem deverá ser recuperada ou desativada por este, através de projeto específico, sendo necessário comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas.

Caso haja omissão ou inação por parte do empreendedor, o órgão fiscalizador tomará as medidas com vistas à minimização de riscos e de danos potenciais associados à segurança da barragem, sendo que os custos deverão ser ressarcidos pelo empreendedor.

Torna-se de suma relevância trazer à tona, para o presente ciclo de atividades do projeto, o entendimento recente que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem sobre o assunto, no que compete a responsabilidade de acidentes em barragens e os danos decorrentes disso (REsp 1374284/MG):

*RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CASUALIDADE. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: **a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; b) em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e c) na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado. 2. No caso concreto, recurso especial a que se nega provimento (grifamos).***

Para a responsabilidade civil decorrente do dano ambiental, a jurisprudência do STJ, além de indicar a desnecessidade de se investigar a existência ou não de culpa, deu desenho distinto para o nexo causal: surge a obrigação de indenizar não apenas quando presente a conduta do agente diretamente relacionada ao dano (numa relação clássica de causa e efeito), mas também quando o dano é provocado pelos fatores de risco da atividade.

Em complemento, cita-se a Lei Federal Nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal Nº 14.066/2020, que no Art. 17-A menciona que “sem prejuízo das cominações na esfera penal e da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, considera-se infração administrativa o descumprimento pelo empreendedor das obrigações estabelecidas nesta Lei, em seu regulamento ou em instruções dela decorrentes emitidas pelas autoridades competentes”. As infrações administrativas mencionadas podem ser advertência, multa simples, multa diária, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, apreensão de minérios, bens e equipamentos, caducidade do título e até sanção restritiva de direitos.

2.2.3 COORDENADOR DO PAE

O Coordenador do PAE é o responsável por coordenar as ações descritas no Plano de Ação de Emergência (PAE), devendo estar disponível para atuar prontamente nas situações potencialmente emergentes da barragem. Deve existir uma pessoa capaz de efetuar sua substituição, à frente das ações do PAE, atuando como Coordenador, na ausência do oficial.

Desta forma, cabe ao Coordenador do PAE:

- a) Comunicar o empreendedor sobre potencial situação de emergência;
- b) Promover treinamentos internos e manter os respectivos registros das atividades;
- c) Participar de simulações de situações de emergência, se aplicável, em conjunto com as administrações regionais, prefeituras envolvidas e organismos de defesa civil;
- d) Detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os níveis e código de cores padrão;
- e) Planejar ações de resposta, mediante o monitoramento da situação e implantação de medidas preventivas e corretivas;
- f) Declarar alteração de situação e executar as ações descritas no PAE;
- g) Executar as ações previstas no fluxograma de notificação;
- h) Providenciar a elaboração do relatório de ocorrência de eventos Não Normais;
- i) Decidir sobre a paralização e abandono da usina, o acionamento do alarme de emergência, o acionamento do Corpo de Bombeiros, o encerramento das situações de emergência e o reinício das atividades;
- j) Acionar a equipe de comunicação para que sejam avisados e alertados os agentes dos Entes Federados, conforme contatos e fluxograma de notificação;
- k) Acionar a equipe de comunicação para que seja alertada a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento (ZAS);
- l) Averiguar se a população afetada na Zona de Autossalvamento (ZAS) recebeu o alerta e atendimento pertinente; e,
- m) Criar e manter todos os registros de avisos e notificação e alerta em arquivos físicos e/ou digitais auditáveis.

2.2.4 EQUIPE ADMINISTRATIVA, JURÍDICA E COMUNICAÇÃO

A Equipe Administrativa, juntamente com a assistência jurídica e de comunicação da Eletrobras Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., deverá:

- a) Participar, através de seu representante, das reuniões periódicas com o Coordenador do PAE;

- b) Auxiliar o Empreendedor na oficialização da emergência no âmbito da empresa e aos órgãos interessados, incluindo os órgãos públicos que atuarão durante a mitigação da situação de emergência e também os órgãos reguladores e fiscalizadores do setor elétrico;
- c) Assessorar o Empreendedor, bem como o Coordenador do PAE, quanto aos assuntos jurídicos relativos ao evento e aos aspectos legais relacionados às situações de emergência;
- d) Assessorar a Equipe Técnica no relacionamento com representantes da comunidade e agentes externos envolvidos;
- e) Centralizar e responder notificações externas e informes de cunho jurídico (reportar-se perante as autoridades judiciais);
- f) Contribuir na elaboração dos documentos que serão encaminhados aos órgãos reguladores e fiscalizadores do setor elétrico;
- g) Colaborar na elaboração de pareceres.
- h) Atender e direcionar as demandas de comunicação externa, sendo assessorado pelo Coordenador do PAE ;
- i) Auxiliar o empreendedor na oficialização da ocorrência nos âmbitos de comunicação institucional e externa;
- j) Assegurar que a comunicação com os agentes externos do PAE, e com o público em geral, sejam realizadas somente pelo porta-voz oficial da Eletrobras Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.;

A Equipe Jurídica deverá se balizar pelos textos da Lei Federal Nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal Nº 14.066/2020, da Lei 12.608/2012, alterada pela Lei Federal Nº 14.750, de 2023, e da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.064/2023.

2.2.5 EQUIPE DE MANUTENÇÃO

- a) Participar, através de seus representantes, das reuniões periódicas com o Coordenador do PAE;
- b) Desenvolver, em conjunto com o Coordenador do PAE e demais grupos envolvidos, projetos, especificações técnicas e ações de reparo necessárias à mitigação e/ou eliminação do evento de risco quando necessário;
- c) Realizar testes periódicos dos equipamentos, incluindo extintores, hidrantes, iluminação de emergência, gerador de emergência, bem como todos os equipamentos necessários para o atendimento destas situações;
- d) Realizar periodicamente inspeções e pesagens dos extintores, bem como inspeções nas mangueiras e hidrantes instalados no empreendimento;
- e) Providenciar a substituição ou a recarga dos extintores, quando necessário;

- f) Acompanhar o serviço de empresas terceirizadas para realização de consultoria e/ou execução de reparos e obras emergenciais;
- g) Conhecer as situações de emergência das áreas sob sua responsabilidade;
- h) Manter a equipe preparada para o atendimento dos cenários de emergência;
- i) Identificar evidências de situações de emergência;
- j) Identificar e atuar em situações anômalas, principalmente nas de Nível 1 (atenção), Nível 2 (alerta) e Nível 3 (emergência), conforme procedimentos de identificação e notificação dos documentos CNU.SBR-PSB-2024-620 e CNU.SBR-PSB-2024-630 do PAE, respectivamente;
- k) Informar ao Coordenador do PAE sobre a situação Não Normal identificada;
- l) Repassar informações atualizadas sobre a situação anômala em curso ao Coordenador do PAE, identificando e avaliando a situação de risco, e atuar conforme indicado no documento CNU.SBR-PSB-2024-650 do PAE;
- m) Registrar no “Livro de Ocorrências” qualquer anormalidade ou acontecimento relevante, relacionado, de alguma forma, ao aproveitamento hidrelétrico;
- n) Colaborar na elaboração do relatório de eventos Não Normais e de possíveis incidentes e/ou acidentes; e,
- o) Criar e manter todos os registros de avisos e notificação e alerta em arquivos físicos e/ou digitais auditáveis.

2.2.6 EQUIPE DE OPERAÇÃO

- a) Participar, através de seus representantes, das reuniões periódicas com o Coordenador do PAE;
- b) Desenvolver, em conjunto com o Coordenador do PAE e demais grupos envolvidos, projetos, especificações técnicas e ações de reparo necessárias à mitigação e/ou à eliminação do evento de risco quando necessário;
- c) Acompanhar o serviço de empresas terceirizadas para realização de consultoria e/ou execução de reparos e obras emergenciais;
- d) Conhecer as situações de emergência das áreas sob sua responsabilidade;
- e) Manter a equipe preparadas para o atendimento dos cenários de emergência;
- f) Identificar evidências de situações de emergência;
- g) Identificar e atuar em situações anômalas, principalmente nas de Nível 1 (atenção), Nível 2 (alerta) e Nível 3 (emergência), conforme procedimentos de identificação e notificação dos documentos CNU.SBR-PSB-2024-620 e CNU.SBR-PSB-2024-630 do PAE, respectivamente;

- h) Informar ao Coordenador do PAE sobre a situação Não Normal identificada;
- i) Repassar informações atualizadas, sobre a situação anômala em curso, ao Coordenador do PAE, identificando e avaliando a situação de risco, e atuar conforme indicado no documento CNU.SBR-PSB-2024-650 do PAE;
- j) Disponibilizar informações operativas relevantes ao Coordenador do PAE, tais como nível do reservatório;
- k) Assessorar e orientar o Coordenador do PAE e os demais envolvidos na situação de emergência quanto aos aspectos de meteorologia e hidrometria e/ou operação do reservatório;
- l) Supervisionar os níveis dos reservatórios, aflúências e defluências;
- m) Executar as ações de resposta relativas à situação de emergência, com a supervisão do Coordenador do PAE;
- n) Decidir sobre as manobras de operacionalização da usina, incluindo a desenergização e desligamento dos equipamentos;
- o) Controlar, comandar e executar operação dos reservatórios e demais ações para controle de cheias;
- p) Acionar colaboradores e/ou máquinas, que não atuem na unidade operacional, para sanar/controlar a situação de emergência identificada, caso necessário;
- q) Informar ao ONS as indisponibilidades, limitações e restrições ocorridas ou prestes a ocorrer que afetem a operação de reservatórios;
- r) Registrar no “Livro de Ocorrências” qualquer anormalidade ou acontecimento relevante, relacionado, de alguma forma, ao aproveitamento hidrelétrico;
- s) Colaborar na elaboração do relatório de eventos Não Normais e de possíveis incidentes e/ou acidentes; e,
- t) Criar e manter todos os registros de avisos e notificação e alerta em arquivos físicos e/ou digitais auditáveis.

2.2.7 EQUIPE DE MEIO AMBIENTE

O Setor de Meio Ambiente se responsabiliza por:

- a) Participar, através de seu representante, das reuniões periódicas com o Coordenador do PAE;
- b) Manter a equipe preparada para atender aos cenários de emergência, bem como meios de comunicação adequados;
- c) Assessorar e orientar o Coordenador do PAE, as equipes internas, bem como os demais envolvidos na situação de emergência, quanto aos aspectos de comunicação institucional;

- d) Auxiliar o empreendedor na oficialização da ocorrência no âmbito da comunicação interna;
- e) Assessorar a Equipe Técnica no relacionamento com representantes da comunidade e agentes externos envolvidos;
- f) Promover e/ou conceder aos órgãos de comunicação, conforme a ocorrência, coletivas de imprensa e/ou entrevistas relativas às emergências ocorridas;
- g) Manter contato com clínicas e/ou hospitais locais e regionais, para que permaneçam em regime de prontidão devido à possibilidade de receberem acidentados, mediante acordo prévio estabelecido com os mesmos;
- h) Executar as ações previstas no fluxograma de notificação;
- i) Alertar a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento (ZAS);
- j) Colaborar na elaboração de relatórios sobre o incidente e/ou acidente; e,
- k) Criar e manter todos os registros de avisos e notificação e alerta em arquivos físicos e/ou digitais auditáveis.

3. SEÇÃO III - RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES EXTERNOS

Em função do nível de resposta, há necessidade da notificação e da participação efetiva de entidades externas, principalmente para os níveis de resposta LARANJA e VERMELHO.

A seguir, são apresentadas as responsabilidades das entidades externas, no tocante ao PAE da UHE Coaracy Nunes.

3.1 ENTIDADE FISCALIZADORA - ANEEL

A autoridade reguladora do setor elétrico brasileiro é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que é responsável pela fiscalização, acompanhamento e supervisão das usinas de geração do país.

Segundo o Art. 22º da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.064/2023, cabe à ANEEL informar à autoridade licenciadora do Sistema nacional do Meio Ambiente – Sisnama e ao órgão de proteção e defesa civil a ocorrência de desastre ou acidente nas barragens sob sua jurisdição, além de qualquer incidente que possa colocar em risco a segurança da estrutura. Conforme Art.16º, da Lei Federal Nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal Nº 14.066/2020, cabe à ANEEL ainda comunicar situações que envolvam perigo para as populações ao Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD).

Assim sendo, a ANEEL, após ser notificada pelo Coordenador do PAE sobre uma situação de emergência na UHE Coaracy Nunes, deverá informar ao Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e ao Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD) sobre o ocorrido.

3.2 ÓRGÃOS DE APOIO

Considerando um convênio de cooperação entre as partes, as entidades como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) podem auxiliar com o fornecimento e partilha de informações para o Coordenador do PAE, no sentido de dar assistência ao monitoramento da evolução de condicionantes que possam influenciar a situação emergencial, com a periodicidade adequada ao evento, nomeadamente a evolução das condições climatológicas, hidrológicas, meteorológicas e/ou sismológicas.

3.3 SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A Lei nº 12.608/2012 criou a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), visando uma atuação conjunta entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com uma abordagem sistêmica de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de áreas onde possa acontecer ou já tenha ocorrido desastres de grandes proporções na população brasileira.

Tal legislação dispôs sobre o SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil), que é coordenado pela União, em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo também participar órgãos e entidades que atuam em situações de emergência no território nacional, agindo desde os municípios até áreas federais. O SINPDEC tem por objetivo contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil, sendo gerido pelos seguintes órgãos:

- Federal: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD);
- Estadual: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC/AP) do Estado do Amapá;
- Regional: 2ª COMPDEC – Microrregião de Macapá. É a responsável pelo atendimento dos municípios de Cutias, Coaracy Nunes, Itaubal, Macapá, Pedra Branca do Amapari, Santana e Serra do Navio;
- Municipal: A Secretaria Municipal de Defesa Civil dos municípios identificados no documento CNU.SBR-PSB-2024-620. Aliado a isto, é a responsável por acionar diversos órgãos da administração pública municipal, como a Secretaria Municipal de Saúde e os Serviços de Água e Esgoto.

Em consonância com a Lei 12.608/2012, alterada pela Lei Federal Nº 14.750/2023, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem se ater as suas competências para garantir resposta adequada frente ocorrência de desastres, de cunho natural ou pela ação humana, conforme definições do Decreto Federal Nº 11.219/2022.

4. SEÇÃO IV - LISTA DE CONTATOS EXTERNOS

Os profissionais que representam os órgãos externos, no âmbito do PAE da UHE Coaracy Nunes, e respectivos contatos, são apresentados na Tabela I.2 do ANEXO I – CONTATOS DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - .

Destaca-se que a atualização das informações apresentadas neste ANEXO deve ocorrer de forma periódica, conforme previsto no PAE ou sempre que houver alteração nas informações, seja por mudanças nos dados dos intervenientes, em razão dos treinamentos ou da ocorrência de situação de emergência, que incorra em alteração da lista de intervenientes ou seus representantes.

ANEXO I – CONTATOS DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - UHE COARACY NUNES

Tabela I.1: Contatos da Equipe de Segurança da Barragem - UHE Coaracy Nunes

ORGANOGRAMA DE SEGURANÇA DA BARRAGEM		
CARGO	NOME	TELEFONE TRABALHO / CELULAR / E-MAIL
Gerente Executivo de O&M	Allan Almeida de Lima	allan.lima@eletrobras.com
Representante do Empreendedor (responsável pela usina) / Coordenador de Manutenção	Karen Marilia da Silva Tito	karen.tito@eletrobras.com / (96) 3082-4444
Coordenador do PSB/PAE	Karen Marilia da Silva Tito	karen.tito@eletrobras.com / (96) 3082-4444
Coordenador de Segurança de Barragem	Jeferson Henrique dos Santos	jeferson.henrique@eletrobras.com / (61) 34296230
Coordenador de Segurança de Barragem (Suplente)	Nathalia Anício de Oliveira	nathalia.oliveira@eletrobras.com
Responsável Técnico Estruturas Cíveis / Coordenador da Manutenção (Civil)	Cicero João da Silva	[REDACTED]
Coordenador da Manutenção Civil (Suplente)	Gilson Brito Moreira	[REDACTED]
Responsável pela Comunicação	Michele Silva Silveira	michele.silveira@eletrobras.com / (61) 3429-6146
Responsável pela Comunicação (Suplente)	Viviane Schneck de Barros Rocha	viviane.rocha@eletrobras.com / (94) 37782550
Responsável pelo Jurídico	Ludmila Oliveira Rezio Maia	ludmila.rezio@eletrobras.com / [REDACTED] / (61) 3429-8577
Coordenador de Operação	Elton Valentim Oliveira Leite	elton.leite@eletrobras.com / (96) 3198-4499
Responsável pelo Jurídico (Suplente)	Andrei Braga Mendes	andrei.mendes@eletrobras.com / (61) 3429-6256
Responsável pelo Planejamento Hidroenergético	Wanderley Pereira dos Santos	wanderley.santos@eletrobras.com / (94) 37877150
Coordenador de Segurança e Patrimônio (Suplente)	Moacir dos Santos Lima Junior	moacir.junior2@eletrobras.com
Coordenador de Segurança e Patrimônio	Andre Luiz Gomes Doria	andre.doria@eletrobras.com / (61) 34296366
Gerente de divisão de SST de operação, Coordenador de Segurança do Trabalho	Roberto Cleverton Salles	roberto.salles@eletrobras.com
Coordenador de Segurança do Trabalho (Suplente)	Marcio Brito da Silva	marcio.silva5@eletrobras.com / 55(94) 3787-7331 / 7333
Responsável pela Brigada de Emergência	Ubiraelson de Menezes Farias	ubiraelson.farias@eletrobras.com / (96) 3198-4472

Tabela I.2: Contatos Externos Obtidos

ÓRGÃO FISCALIZADOR		
CARGO	NOME	TELEFONE CELULAR / TELEFONE TRABALHO / E-MAIL
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Superintendente Giacomo Francisco Bassi Almeida	(61) 2192-8951 / 8027 giacomo@aneel.gov.br
	Adjunto Rodrigo Cesar Neves Mendonça	(61) 2192-8536 rmendonca@aneel.gov.br

LISTA DE NOTIFICAÇÃO EXTERNA DA USINA		
LOCAL	NOME	TELEFONE
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Superintendente Giacomo Francisco Bassi Almeida	(61) 2192-8951
	Adjunto Rodrigo Cesar Neves Mendonça	(61) 2192-8536
Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)	Diretor Naur Teodoro Pontes	(61) 2102-4602
	Coordenador Leonardo Fabio Zaidan de Melo	(61) 2102-4622
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	Diretor Clezio Marcos de Nardin	(12) 3208-6035
	Coordenador Oswaldo Duarte Miranda	(12) 3208-7200
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)	Diretora Regina Célia dos Santos Alvala	(12) 3205-0113
	Coordenador Rodolfo Modrigais Strauss Nunes	(12) 3205-0111
Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)	Diretor Armin Augusto Braun	(61) 2034-4600 / 4515
	Coordenador Leno Rodrigues de Queiroz	(61) 2034-4602
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)	Plantão 24h (CENAD)	(61) 2034-4600 0800-644-0199
	Secretário Wolnei Wolff Barreiros	(61) 2034-5736 / 5513
	Chefe de Gabinete Wesley de Almeida Felinto	(61) 2034-5869
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Amapá (CEDEC)	Secretário Executivo: Wagner Coelho Pereira – CEL BM	(96) 4009-9495/
Corpo de Bombeiros Militar do Amapá	Comandante-Geral: Coronel Alexandre Veríssimo	(96) 2101-2150
Polícia Militar do Estado do Amapá	Comandante-geral da PM: Cel. Adilton de Araújo Corrêa	(96) 3212-1528 / (96) 2101-2252
Governador do Amapá	Clécio Luís Vilhena Vieira	(96) 2101-8416
Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA)	Taísa Mendonça	
Ferreira Gomes - AP		
Coordenadoria Municipal da Defesa Civil (COMDEC)	Marcelo de Souza Oliveira	(96) 3326-1228
Prefeitura Municipal	Prefeito: João Álvaro Rocha Rodrigues	(96) 3326-1228
7º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar (Oiapoque)	Tenente Coronel QOCBM Sandro Olímpio Da Silva Bonfim	(96) 3521-1381
Polícia Militar	Major QOPMC Alan Pacheco Souza	

Cutias do Araguari - AP		
Coordenadoria Municipal da Defesa Civil (COMDEC)	Raimundo Barbosa Amanajás Filho	(96) 3325-1112
Prefeitura Municipal	Antonielle Farias Mira (Chefe de Gabinete)	(96) 3325-1112/ [REDACTED]
Polícia Militar	Tenente Coronel QOPMC Paulo Renato Silva Costa	[REDACTED]
Corpo de Bombeiros (Oiapoque)	Tenente Coronel QOCBM Sandro Olímpio Da Silva Bonfim	(96) 3521-1381

CNU.SBR-PSB-2024-640-R00.pdf

Documento número #a626bc03-70e1-4fc2-af3b-5830260b1c08

Hash do documento original (SHA256): f1c86a82c7508b06f814b6d9b6abbb8d14f399ea88c6015c3fb3bc4eb1348e2b

Assinaturas

✓ **RAFAEL MARQUES CARDOSO**
Assinou em 26 nov 2024 às 13:08:54

✓ **Camila de Goes Silva**
Assinou em 26 nov 2024 às 13:34:40

Log

26 nov 2024, 13:07:11	Operador com email TDSR@intertechne.com.br na Conta 95b49d73-c497-4ce7-86fa-dd20740970d8 criou este documento número a626bc03-70e1-4fc2-af3b-5830260b1c08. Data limite para assinatura do documento: 26 de dezembro de 2024 (15:30). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
26 nov 2024, 13:07:12	Operador com email TDSR@intertechne.com.br na Conta 95b49d73-c497-4ce7-86fa-dd20740970d8 adicionou à Lista de Assinatura: RM@INTERTECHNE.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo RAFAEL MARQUES CARDOSO e [REDACTED].
26 nov 2024, 13:07:12	Operador com email TDSR@intertechne.com.br na Conta 95b49d73-c497-4ce7-86fa-dd20740970d8 adicionou à Lista de Assinatura: CDGS@intertechne.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Camila de Goes Silva e [REDACTED].
26 nov 2024, 13:08:54	RAFAEL MARQUES CARDOSO assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail RM@INTERTECHNE.com.br. CPF informado: [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED]. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1056.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 nov 2024, 13:34:40	Camila de Goes Silva assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail CDGS@intertechne.com.br. CPF informado: [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1056.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 nov 2024, 13:34:41	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número a626bc03-70e1-4fc2-af3b-5830260b1c08.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº a626bc03-70e1-4fc2-af3b-5830260b1c08, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.